

Argentina – Clarín

Dilma cumplió 100 días en el poder y festejó con récord de popularidad

La presidenta Dilma Rous-seff completó ayer sus primeros 100 días de gobierno y los festejó en el avión oficial que la conducía a Beijing, donde inicia hoy una visita oficial. No le faltan motivos para celebrar los resultados obtenidos en ese tiempo que la ciudadanía suele conferir a las autoridades para que muestren las aptitudes y el modo de gobernar. A juzgar por las encuestas, su imagen y popularidad supera la de todos sus antecesores democráticos, inclusive el propio Lula da Silva, para el mismo período.

De acuerdo con una consulta de los últimos días de marzo, la presidenta cosecha 47% de opiniones buenas y excelentes ; con un rechazo de apenas 8%. Lula acuñaba después de sus primeros 100 días en 2003 43%; Fernando Henrique Cardoso registraba 39%, Itamar Franco 34% y Collor de Mello 36%.

El dato más destacable de esa investigación es el éxito de Dilma en la conquista de la clase media tradicional , especialmente la paulista, que había mostrado una aversión notable por la jefa de Estado cuando asumió el 1º de enero. Lo que más destacan de ella los ciudadanos brasileños es la ausencia total de estridencias políticas en las formas de gobernar, tan características de su ex padrino Lula.

Dilma abandonó la estrategia agresiva contra la oposición y enterró todos los proyectos en danza en la última etapa del lulismo que apuntaban a regular las actividades periodísticas . En política externa impuso su sello: la defensa de los derechos humanos, de modo de hacerla compatible con su esfuerzo para imponer en el orden interno la Comisión de la Verdad. Supo acallar a tiempo las resistencias de los militares a que se investigue la violencia del Estado en los tiempos dictatoriales: sin perder su discreción maniobró en esa mini crisis con firmeza. Los resultados se ven hoy con las Fuerzas Armadas que se han llamado al silencio por entender que no les sobra margen.

11 de Abril de 2011 / 11 de Abril de 2011

En estos tres meses lo que más se destacó del nuevo gobierno brasileño es la “continuidad” de las políticas clave trazadas por la gestión anterior, especialmente en el área social, en el papel del Estado como inductor de desarrollo económico y en las relaciones internacionales.

No fue casualidad que el primer viaje de Dilma haya sido a Buenos Aires para encontrarse con su colega Cristina Kirchner. Señalaba así la permanencia de los pilares geopolíticos de Brasil trazados especialmente en el gobierno de Lula. De acuerdo con Dilma, Mercosur y Unasur son el campo principal de acción de la diplomacia brasileña. Ese principio fue defendido en el encuentro que la presidenta de Brasil tuvo con Barack Obama a mediados de marzo en Brasilia.

Ahora, a 20 días de esa gira del jefe de la Casa Blanca, Rousseff encara un desafío diferente. En viaje a China, donde llegará esta noche, la presidenta se encontrará con sus colegas del BRICS (que además de chinos y brasileños, reúne a los rusos, los indios y los sudafricanos). Los medios locales le han dado a esta gira un carácter fuertemente simbólico.

Tal vez el flanco más débil se encuentre en la economía. Lo que más preocupa a los sectores productivos industriales es la fuerte valorización del real frente al dólar.

La semana pasada subió un escalón más y ahora se cotiza a 1,57 real por dólar. Hay quienes afirman que deberá crecer hasta ubicarse en 1,50.

Al mismo tiempo hay un proceso inflacionario: los últimos 12 meses midió más de 6%. Está fuera de las metas de inflación fijadas por el Banco Central el año pasado. Sobre esto, sin embargo, las evaluaciones de los economistas se dividen entre los críticos asustadizos y quienes defienden el pragmatismo oficial. Estos últimos aluden a las incertidumbres en el mundo, procedentes de Europa, la crisis del petróleo y la incógnita del crecimiento económico de Estados Unidos, para respaldar las políticas graduales que pretenden desacelerar el crecimiento pero sin derribar la economía.

11 de Abril de 2011 / 11 de Abril de 2011

Brasil - Valor Econômico

Dúvidas na política externa brasileira

É difícil falar com segurança que houve uma guinada sensível na política externa brasileira. A mudança de estilo é inegável: o gosto pelo imprevisto e aparições públicas de Luiz Inácio Lula da Silva deu lugar à dosagem homeopática de pronunciamentos da sucessora, Dilma Rousseff, o empenho elétrico em abrir frentes de ação nas esferas internacionais, puxado pelo ex-chanceler Celso Amorim, foi substituído pela ação discreta e comedida do novo ministro, Antonio Patriota, nas instâncias desbravadas pelo antecessor.

Houve, é claro, a nova ênfase em direitos humanos, provocada pessoalmente pela presidente ex-militante nos movimentos armados de esquerda durante a ditadura militar, presa e torturada pelos agentes de repressão política. A novidade traduziu-se em uma votação, na qual foi nomeado um relator para verificar possíveis abusos no Irã dos aiatolás. A determinação de Dilma levou o Itamaraty a uma reavaliação do modus operandi diplomático, que resistia a um engajamento brasileiro em condenações individualizadas e seletivas de países-problemas na comunidade internacional.

É inegável a mudança de estilo na nova gestão

Não há ainda, porém, uma nova linha de ação nem disposição do governo em pautar as relações internacionais por ações sistemáticas em direitos humanos. Dilma visita a China a partir de hoje sem planos de mencionar a prisão e isolamento, há uma semana, do artista Ai Weiwei - um dos expoentes da vanguarda chinesa, crítico severo do regime, colaborador na concepção do estádio Ninho de Pássaro para a Olimpíada na China. Weiwei foi destaque da última Bienal de São Paulo, com a obra "Cabeças do Zodíaco", uma crítica cifrada ao colonialismo ocidental, que será exibida em maio, em Nova York.

As autoridades chinesas, alvo de campanha de militantes de direitos humanos e governos ocidentais, acusaram o artista de "crimes econômicos", após mantê-lo

11 de Abril de 2011 / 11 de Abril de 2011

preso por quatro dias, sem informar seu paradeiro. Diferentemente do que houve em casos como o de Sakineh Ashtiani, no Irã, o governo nem reservadamente cogitou tratar do tema com autoridades da China.

"Por que Líbia, e não Bahrein?", perguntava, em seminário da semana passada promovido pelo Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri) e pela britânica Chatham House, o ministro de Defesa, Nelson Jobim. O ministro respondia a comentários sobre a abstenção brasileira na votação do bloqueio ao espaço aéreo líbio, citando outro país árabe onde governantes autoritários massacram a própria população - com a diferença de que, além de não ter o passado de apoio ao terrorismo do líbio Muammar Gadafi, os governantes do Bahrein hospedam a esquadra militar dos EUA no golfo Pérsico.

Aponta-se como indício de mudança na política externa o esforço de aproximação com os EUA. Declarações como a de Jobim, que ecoam outras feitas mais reservadamente no Itamaraty e no Planalto, mostram que a aliança com o governo americano é mais condicional do que se apreciaria em Washington. Afinal, os reparos a ações como as guerras no Iraque e no Afeganistão e a resistência a ações armadas não são, no Brasil, exclusivas dos partidos no poder.

Permanece na prioridade diplomática a política de "paciência estratégica" com arroubos protecionistas da Argentina, e de atenção generosa a vizinhos como o Paraguai, para quem se concedeu aumento em uma parcela dos pagamentos por Itaipu. Saíram apenas de cena as manifestações públicas de carinho a líderes polêmicos como Hugo Chávez. Mas o governo continua empenhado em inserir a Venezuela no Mercosul.

O Brasil conseguiu ter reconhecido seu papel de protagonista em decisões mundiais, em temas como finanças, comércio e ambiente, e não há dúvidas sobre o aumento do peso do país na economia mundial, como grande mercado, alvo estratégico de investimentos e gigantesco fornecedor de matéria-prima. Com a campanha ativa por um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas o Brasil passou a receber cobranças para se engajar mais ativamente em ações como as da Líbia, ou o cerco diplomático ao regime iraniano.

La Selección de Noticias del MERCOSUR reúne notas de prensa de distintas fuentes. Esta Selección no refleja la opinión ni posición oficial del Parlamento del MERCOSUR; su contenido es incluido sólo como una referencia a los visitantes de nuestra página en Internet. / A seleção de notícias do MERCOSUL reúne notícias de imprensa de distintas fontes. Esta seleção não reflete a opinião e posição oficial do Parlamento do MERCOSUL, sendo apenas uma referência aos visitantes do nosso site.

4

11 de Abril de 2011 / 11 de Abril de 2011

É frequente entre diplomatas e autoridades estrangeiras uma pergunta ouvida no seminário de que participou Jobim: conquistada a cadeira nos centros de decisões mundiais, qual será a contribuição do Brasil? O país não fará o que as potências mundiais querem que faça, mas o que considerar correto, respondeu o embaixador Roberto Jaguaribe, atualmente na representação do Brasil em Londres.

O desafio do Brasil é concentrar-se em agendas nas quais "a competência do país na articulação de consensos pode desempenhar um papel", comentou o ex-ministro de Relações Exteriores Celso Lafer, sugerindo prioridade para as agendas econômica e ambiental, após lembrar a tradição brasileira contrária a ações militares e em favor de solução negociada para conflitos.

Muitos sucessos na exportação de commodities brasileiras, um de seus trunfos na cena internacional, estão ligados a centros importantes de geração de tecnologia, como a Petrobras e a Embrapa, lembrou, no mesmo seminário, o secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Carlos Márcio Cozendey. Um desafio para aumentar os recursos de poder do Brasil é aproveitar a demanda pelos recursos naturais para desenvolver tecnologias de ponta associadas a eles.

Não apenas na economia, ainda faltam ao Brasil instrumentos para assumir todas as responsabilidades que vêm com a maior presença do país nos centros de decisão mundial, apontou Cozendey. O país ganhou ingresso no clube das elites, mas ainda depende, para legitimar sua atuação, de pertencer à turma dos países em desenvolvimento, com os quais se assemelha em vários aspectos. Esse paradoxo será, ainda, fonte de muita crítica à política externa brasileira.

Paraguay – ABC Color

PARLASURIANOS EXPUSIERON PREOCUPACION AL CANCILLER PARAGUAYO.

Piden rechazar construcción de reactores nucleares en Formosa

La Selección de Noticias del MERCOSUR reúne notas de prensa de distintas fuentes. Esta Selección no refleja la opinión ni posición oficial del Parlamento del MERCOSUR; su contenido es incluido sólo como una referencia a los visitantes de nuestra página en Internet. / A seleção de notícias do MERCOSUL reúne notícias de imprensa de distintas fontes. Esta seleção não reflete a opinião e posição oficial do Parlamento do MERCOSUL, sendo apenas uma referência aos visitantes do nosso site.

5

11 de Abril de 2011 / 11 de Abril de 2011

Integrantes del Parlamento del Mercosur por el Paraguay manifestaron su preocupación por la intención del Gobierno de instalar reactores nucleares en la vecina provincia de Formosa. Piden también que se investigue la seguridad de las plantas nucleares ya instaladas en Brasil y en Argentina.

Los parlaurianos paraguayos, encabezado por el presidente de la delegación, Alfonso González Núñez, expusieron esta preocupación al ministro de Relaciones Exteriores, Jorge Lara Castro.

"La preocupación de la delegación paraguaya del Parlamento del Mercosur se extiende no solo al proyecto a tramitarse en la provincia de Formosa, sino a las centrales nucleares instaladas en la Argentina, Atucha I y Atucha II, y en el Brasil, Angra I y Angra II. Las cuales, por encontrarse en operación efectiva, deben ser analizadas e investigadas en referencia a los parámetros de seguridad que la comunidad internacional (Comisión de Energía Atómica de Naciones Unidas) hoy exige con vehemencia y determinación, a tal punto que algunos países han suspendido proyectos de nuevas instalaciones", dijo González Núñez.

Adelantó que la delegación paraguaya se opondrá a cualquier proyecto de esa naturaleza, como la que estaría proyectando en la provincia de Formosa, Argentina.

Indicó que los nuevos tiempos requieren de nuevas fuentes de energía capaces de enfrentar los retos de una globalizada producción. Pero no por eso pondrán en riesgo a la población paraguaya ante eventuales accidentes o desastres nucleares que devienen en tragedias para los seres humanos.

11 de Abril de 2011 / 11 de Abril de 2011

Paraguay – ABC Color

PARAGUAY VENDE MAS FUERA QUE DENTRO DEL MERCOSUR

Más del 60% de exportaciones, con regímenes preferenciales

Explica que para el exportador paraguayo existen dos tipos de regímenes preferenciales que permiten el acceso a mercados extranjeros con condiciones arancelarias ventajosas: los acuerdos preferenciales o de libre comercio, que conceden ventajas bilaterales para el acceso al mercado de la contraparte, y los Sistemas Generalizados de Preferencias (SGP), mediante los cuales una serie de países desarrollados otorgan preferencias unilaterales a países en desarrollo. Entre estas preferencias se destaca el régimen SGP+ de la Unión Europea, que otorga al Paraguay condiciones aún más ventajosas que para los demás socios del Mercosur.

Actualmente, Paraguay cuenta con acuerdos preferenciales con todos los países sudamericanos, además de México, Cuba, India e Israel. Entre los países otorgantes del SGP se destacan Rusia, la Unión Europea, Japón, Turquía, Estados Unidos, Suiza y Canadá.

En cuanto al aprovechamiento de las condiciones preferenciales, en 2010 fueron exportados bienes por US\$ 2.635,1 millones bajo algún régimen preferencial, lo cual corresponde al 60,7% del total exportado.

Entre las exportaciones con preferencia comercial resaltan los países latinoamericanos (fuera del Mercosur), que abarcan el 38,0% del total preferencial. En segundo lugar figuran las exportaciones beneficiadas por el régimen SGP de los distintos países otorgantes con 32,6%. Las exportaciones al Mercosur abarcan el 29,3% del total de bienes preferenciales. Como acuerdo preferencial extrarregional, el Tratado de Libre Comercio Mercosur-Israel reúne el 0,1% de las exportaciones preferenciales del Paraguay.

11 de Abril de 2011 / 11 de Abril de 2011

Con India desde el 1 de junio de 2009 se encuentra vigente un "Acuerdo de Preferencias Fijas", que asigna a los países del Mercosur preferencias comerciales para unos 450 productos. Actualmente no se registran certificados de origen que permitan indicar la utilización de este acuerdo por los exportadores nacionales.

Entre los países de destino específicos, los más importantes son Brasil, Chile, Rusia y Perú. Entre los países europeos que otorgan el Sistema General de Preferencias resaltan Holanda, España e Italia como destinos de productos paraguayos.

Cabe apuntar que el déficit en la relación comercial del Paraguay con sus socios del Mercosur (Brasil, Argentina y Uruguay) creció 127,1% de febrero de 2010 al mismo mes de este año. Las ventas de productos paraguayos a la región totalizaron US\$ 316,4 millones, en tanto las compras de los países socios llegaron a US\$ 585,2 millones, según datos oficiales.

El año pasado el 60,7% de las exportaciones nacionales se realizaron bajo algún régimen preferencial, que permite el acceso al mercado de destino con arancel cero o arancel reducido, según datos de la Red de Inversiones y Exportaciones (Rediex). La relación de comercio con los socios del Mercosur, a febrero de 2011, resultó deficitaria en US\$ 268,8 millones.

Paraguay – ABC Color

Piden ingreso de Venezuela al Mercosur

El presidente uruguayo, José Mujica, defendió el ingreso de Venezuela al Mercosur que, dijo, reduciría las asimetrías entre los otros miembros del bloque.

"Venezuela es un elemento compensatorio en términos económicos y de recursos naturales en todo el Río de la Plata, porque necesita de lo que producimos. Por esa razón, su inclusión en el Mercosur serviría para reducir las diferencias existentes", escribió Mujica en una columna en el diario Folha de São Paulo.

El ingreso de Venezuela al Mercosur aún depende de la aprobación del Congreso de Paraguay.

11 de Abril de 2011 / 11 de Abril de 2011

"Gobiernos pasan, los países quedan"

Mujica, en su texto, citó que en el Senado paraguayo existe cierta resistencia al presidente Hugo Chávez y aclaró que "no se debe confundir un país con un régimen, los gobiernos pasan, los países quedan".

El Presidente uruguayo promovió el ingreso al Mercosur de todos los países sudamericanos porque las posibilidades del bloque integrado por Argentina, Brasil, Uruguay y Paraguay "son infinitas".

Paraguay – La Nación

Trabas a ingreso de Venezuela al Mercosur son por "desinformación"

El diplomático sostiene que el Paraguay no puede vivir aislado y necesita que se integre para su desarrollo, idea que se comparte en el bloque.

Tras concluir un seminario en la Cancillería Nacional, con motivo al Bicentenario de la Independencia Nacional, el canciller Jorge Lara Castro conversó de varios temas con periodistas acreditados en el Palacio Benigno López. En la ocasión el ministro de Relaciones Exteriores abogó nuevamente por el ingreso de Venezuela al Mercosur. Señaló que el país gobernado por Hugo Chávez debe ser miembro del bloque tal como lo propugnan varios presidentes de la región. Lara Castro sostuvo que Paraguay apoya cualquier iniciativa que ayude a "fortalecer y establecer condiciones más propicias" para negociar en ámbitos birregionales, como la Unión Europea. El ingreso de Venezuela al Mercosur solo depende del acuerdo del Senado paraguayo. Los demás Congresos de los países del bloque ya dieron la venia legislativa correspondiente.

—¿Se ve un poco difícil plantear el acuerdo para el ingreso de Venezuela al Mercosur?

—Lo que coincidimos es que este Paraguay no puede vivir aislado, nuestra propia geografía, pues es una geografía que tenemos serias limitaciones en ese aspecto,

11 de Abril de 2011 / 11 de Abril de 2011

nuestra situación mediterránea. Entonces necesitamos que el Paraguay se integre, y no solamente que se integre, sino que el Paraguay se desarrolle para que vaya gradualmente superando estas asimetrías. Entonces esa idea compartimos básicamente en el Mercosur, es una idea fuerte que se comparte en el más alto nivel. Al nivel de los presidentes y al nivel de prácticamente de todos los sectores, porque estamos en un mundo globalizado, y por lo tanto tenemos que hacer esfuerzos unitarios, entonces ahí se comparte.

–¿El Gobierno insiste con el ingreso de Venezuela al bloque regional?

–Todo aquello que venga a contribuir, todos aquellos países que se sumen a esta idea realmente va a fortalecer el bloque regional y va permitir fortalecer y establecer condiciones más propicias para negociar en estas birregionales, como la Unión Europea, efectivamente ha seguido un proceso con sus dificultades y sus tiempos y responsabilidades, porque si nosotros nos mantenemos separados, pues evidentemente vamos avanzar muy poco.

Hoy necesitamos unirnos, porque realmente estamos coincidiendo en principios, en proyectos y en prioridades, pues creo habrá mejores condiciones para ir superando aquellos enfoques, percepciones diferentes, que pudieran tener obviamente los senadores. No hay que olvidarse que el Senado es institucional, pues es una Cámara donde precisamente se nuclean diferentes personas, diferentes enfoques, diferentes pensamientos, y a través de la argumentación tratan de encontrar coincidencias racionales para hacer avanzar este país.

–¿El Ejecutivo se sentará a conversar con los senadores para tratar de destrabar el ingreso de Venezuela al Mercosur?

–Lo que pasa es que en primer lugar, toda negociación tiene un paso previo, entender qué es lo que vamos a negociar. Tenemos que saber qué es lo que se va negociar, y buscar en primer lugar esa comprensión de qué lo que estamos hablando y bueno si logramos superar esa primera etapa de desinformación, de desinteligencia, de diferentes opiniones, pues creo que después podemos aspirar más.

11 de Abril de 2011 / 11 de Abril de 2011

–Está también pendiente la adhesión de Paraguay a la Unasur, ¿qué avance hay respecto?

–Sí también, nosotros entendemos que dentro de poco tenemos que asumir la presidencia de la Unasur (Unión de Naciones Sudamericanas).

–¿Urge que el Senado trate el tema, atendiendo que en agosto está prevista la Cumbre de Jefes de Estado del bloque que se realiza en nuestro país?

–Mira, en el caso de Paraguay todo es urgente, nosotros tenemos que ajustar nuestros tiempos, precisamente vemos en la región desarrollos desiguales. Entonces, para nosotros todo es urgente. Todo teníamos que haber hecho el día anterior, entonces todos deberíamos hacer los esfuerzos para acelerar. Tenemos el tema del dengue, el tema de la educación, la pobreza, los niños no pueden esperar que nosotros nos pongamos de acuerdo para que tantos años pudieran acceder a la educación, la salud tampoco espera. Entonces tenemos que reflexionar seriamente sobre la ausencia del tiempo.

–El relacionamiento con el Congreso, ¿hay dificultades para que se preste acuerdo a embajadores?

–Bueno, es lo que leí en la prensa, de todas maneras cuando visité al presidente del Congreso, tuvimos coincidencias de que es importante digamos compartir las responsabilidades que nos corresponden. Aquí nuestra referencia son las prioridades de nuestro pueblo y el grado de representación que nos merecemos en la región. Seguramente hablaré en su momento con el presidente del Congreso (Óscar González Daher) haber si me explica si hay algún cambio de criterios.

–Habría resistencia en el Senado a embajadores, como el candidato del Ejecutivo para la embajada en Francia

–Parece que hubo resistencia en la Comisión de Relaciones Exteriores como me pude informar, pero no tengo ninguna información oficial. Pero me gustaría mantener una conversación con los senadores, para que me pudiera informarme cuáles serían los criterios que estarían dificultando el nombramiento de embajadores.

11 de Abril de 2011 / 11 de Abril de 2011

–Por otra parte, para el mes de mayo varios presidentes ya confirmaron su presencia para los festejos del Bicentenario

–Sí, está previsto la invitación a varios jefes de Estado, y varios ya han comprometido su presencia, porque consideran muy importante esta celebración, no solamente para el Paraguay, sino también celebramos nuestra independencia en nuestra América.

–¿En las celebraciones del bicentenario, el presidente de Estados Unidos, Barack Obama, podría visitar nuestro país?

–No, el presidente no se manifestó, pero seguramente enviará una delegación. De hecho tuve una conversación con la secretaria de Estado (Hillary Clinton), y bueno, también acordamos que posiblemente en cuanto coincidamos nuestros tiempos y nuestras agendas podamos también mantener una reunión bilateral.

–¿Podría visitar próximamente Washington?

–Sí, en la medida que disponga de tiempo y podamos ajustar nuestras agendas.

–¿Canciller, está pendiente el caso de revocamiento del status de refugiados de Juan Arrom y Anuncio Martí, quienes están acusados de secuestro?

–Bueno, eso en su momento se hicieron los trámites correspondientes y está digamos en estudio por la Conare (Comisión Nacional de Refugiados) del Brasil.

–¿Se espera la resolución de ese organismo?

–Se le aportó otros elementos de juicio para que ellos tomaran una decisión.

DESTACADAS

“Toda negociación tiene un paso previo, entender qué es lo que vamos a negociar”.

“Si nos mantenemos separados, pues evidentemente vamos a avanzar muy poco”.

11 de Abril de 2011 / 11 de Abril de 2011

Uruguay – El País

El Parlasur murió

En la sesión convocada por el Senado para recordar los veinte años de la creación del Mercosur, los legisladores Abreu y Lacalle formularon dos conceptuosas exposiciones. Además de otros oportunos comentarios, el expresidente señaló que, dentro de la institución, el conocido como Parlamento del Mercosur se encontraba en una "crisis terminal" y había "desaparecido". No llama la atención que esa partida de defunción haya pasado desapercibida para un Ministerio de Relaciones Exteriores, que es tan proclive a aliarse con entes inexistentes (lo hizo al adherirse al consenso designando Secretario Ejecutivo de una Unasur que no había sido creada, ignorando además que se trataba de un cargo de dedicación total y que su titular debía residir en Ecuador y lo reiteró al reconocer un inexistente Estado de Palestina, que carece nada menos que de territorio), que sigue así acumulando torpezas administrativas en las que ya ha incurrido con exceso. Por ejemplo asignando destinos en la Organización Mundial de Comercio, en China y en Buenos Aires, a lo que agregó ahora la situación que da motivo a este comentario, que el Ministerio debió denunciar hace más de diez días o prevenir antes.

El Parlasur nació el lunes 7 de mayo del 2007 a la hora 11 en una sesión que tuvo lugar en el Palacio Legislativo y desde que fuera creado, el expresidente le dirigió una serie de críticas muy sólidas, acompañado por el Dr. Gonzalo Aguirre (que, aunque una Jueza diga que no sabe derecho, no puede negarse que de derecho sabe) y, entre otros, los Dres. Guzmán y Maggi, y el senador Abreu, quien formuló en el Senado otra muy sólida y extensa exposición.

Incluso se llegó a promover una acción de inconstitucionalidad ante la Suprema Corte de Justicia, firmada por tres prestigiosos ciudadanos, de cuyo destino nunca más se habló. Pese al tiempo transcurrido, Lacalle no se ha olvidado de sus viejos y justificados reproches y sobre ellos volvió en la reciente sesión del Senado, esgrimiendo además razones que el gobierno aparentemente ignoraba, incorporando de paso un nuevo baldón en el collar de la Cancillería.

La Selección de Noticias del MERCOSUR reúne notas de prensa de distintas fuentes. Esta Selección no refleja la opinión ni posición oficial del Parlamento del MERCOSUR; su contenido es incluido sólo como una referencia a los visitantes de nuestra página en Internet. / A seleção de notícias do MERCOSUL reúne notícias de imprensa de distintas fontes. Esta seleção não reflete a opinião e posição oficial do Parlamento do MERCOSUL, sendo apenas uma referência aos visitantes do nosso site.

13

11 de Abril de 2011 / 11 de Abril de 2011

En ese sentido, debe tenerse presente que en el Protocolo por cual se habilitó la creación del Parlasur, ratificado por nuestro Parlamento el 5 de diciembre del 2006, se establece que el mismo se integrará de acuerdo a un criterio de representación ciudadana, por sufragio directo, universal y secreto, y que el único país que dio cumplimiento estricto a esa obligación fue Paraguay. Los representantes de los otros tres socios se designaron directamente, al amparo de una Disposición Transitoria que permitía hacerlo, pero solo durante una llamada "primera etapa de la transición" que vencería el 31 de diciembre del 2010, aclarándose que todos los designados cesarían en sus funciones por caducidad, o pérdida de su mandato nacional o "al asumir sus sucesores electos directamente" a más tardar al finalizar esa etapa de transición.

Y esa primera etapa venció el 31 de diciembre del 2010.

En verdad no es una gran pérdida ya que su creación, además de carecer de un consenso político, no tuvo base jurídica por todo lo cual, como lo dijo el Dr. Lacalle, se encuentra en crisis terminal lo que no es de lamentar porque no tenía razón de ser. Además, con el Parlatino, el Centroamericano, el Amazónico, el Indígena y otro anunciado de la Unasur, ya hay bastantes Parlamentos regionales y si aún faltaba la posibilidad de un eventual ingreso de Venezuela al Mercosur, -frenado con insistencia por Paraguay-, su posible incorporación al Parlasur nos evita más de un seguro dolor de cabeza. Y por si faltara algo, nunca tuvo sede propia, ya que usufructuó una parte del viejo Parque Hotel que le cediera la Intendencia de Montevideo, quien además le negó el espacio utilizado por el Casino, que siempre se dijo que iba a ser trasladado a la hoy Casa de Andalucía, ubicada enfrente, en una promesa que nunca fue cumplida, pese a las amenazas de irse del país por falta de sede.

Q.E.P.D. El duelo, como corresponde, se despide por tarjeta.

11 de Abril de 2011 / 11 de Abril de 2011

Uruguay – La Diaria

Mujica sobre Venezuela: 'No se debe confundir un país con un régimen'

El presidente José Mujica publicó ayer una columna en el diario Folha de São Paulo, que luego recogió la agencia de noticias ANSA. En ese texto el mandatario defendió el ingreso de Venezuela al Mercosur y lo presentó como una posibilidad de reducción de las asimetrías entre los otros miembros del bloque. "Venezuela es un elemento compensatorio en términos económicos y de recursos naturales en todo el Río de la Plata, porque necesita de lo que producimos. Por esa razón, su inclusión en el Mercosur serviría para reducir las diferencias existentes", escribió Mujica. En la columna cita además que en el Senado paraguayo existe "cierta resistencia" al presidente Hugo Chávez y aclaró: "No se debe confundir un país con un régimen, los gobiernos pasan, los países quedan".

Mujica señaló que Uruguay es "consciente" de los "defectos" que ha tenido el bloque regional fundado en 1991, pero manifestó que el mejor mecanismo para superar esas asimetrías es la inclusión "del mayor número posible de países sudamericanos".

Además de los cuatro miembros plenos que dieron origen al Mercosur hace dos décadas (Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay), Bolivia y Venezuela están en procesos de incorporación, mientras que Chile, Colombia, Ecuador y Perú son estados asociados.

Para Mujica, la potencia del subcontinente sería "infinita" en caso de que sea posible juntar en un mismo espacio de integración la energía venezolana, las reservas de agua dulce de las "pampas del sur", la riqueza del Amazonas y la "experiencia de nuestros pueblos".

También hizo referencia en la columna publicada por el matutino paulista a la necesidad de los gobiernos sureños de "incorporar a la civilización" a miles de pobres que han quedado excluidos de los ciclos de crecimiento económico. "Tal

15

La Selección de Noticias del MERCOSUR reúne notas de prensa de distintas fuentes. Esta Selección no refleja la opinión ni posición oficial del Parlamento del MERCOSUR; su contenido es incluido sólo como una referencia a los visitantes de nuestra página en Internet. / A seleção de notícias do MERCOSUL reúne notícias de imprensa de distintas fontes. Esta seleção não reflete a opinião e posição oficial do Parlamento do MERCOSUL, sendo apenas uma referência aos visitantes do nosso site.

11 de Abril de 2011 / 11 de Abril de 2011

desafío nos obliga a multiplicar la riqueza, los recursos y los conocimientos", concluye Mujica, en el pasaje que refiere a la "colosal deuda" que se mantiene "con los pobres de nuestros países".

Uruguay – El País

Mujica insiste en el ingreso de Venezuela al Mercosur

El presidente José Mujica defendió nuevamente el ingreso de Venezuela al Mercosur porque, dijo, reduciría las asimetrías entre los socios. "Venezuela es un elemento compensatorio en términos económicos", escribió Mujica en una columna en Folha de Sao Paulo. El ingreso de Venezuela aún depende de la decisión del Parlamento de Paraguay.